

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

ÍNDICE

1. Introdução.....	2
2. Identificação do Responsável pelo Tratamento.....	2
3. Categorias de Dados Pessoais.....	2
4. Origem dos dados pessoais.....	3
5. Finalidades do Tratamento dos Dados Pessoais, Fundamento Jurídico para o Tratamento e Prazos de Conservação	3
6. Decisões automáticas (“Profiling”).....	5
7. Categorias de Destinatários dos Dados Pessoais	5
8. Transferência de Dados Pessoais para outros Países	6
9. Direitos dos Titulares dos Dados Pessoais	6
10. Contacte-nos !.....	9
11. Alterações à Política de Privacidade.....	9

1. INTRODUÇÃO

A presente Política de Privacidade descreve as orientações e princípios adotados pela PERIHASTA, UNIPessoal LDA. (doravante apenas “VERITAS”) para assegurar a proteção dos titulares de dados pessoais, estabelecendo diretrizes relativas aos direitos dos titulares e ao tratamento e livre circulação dos dados pessoais.

No decorrer da sua atividade a VERITAS recolhe e processa dados pessoais de vários titulares, incluindo:

- Pessoas singulares que vendem (ou estão interessadas em vender) peças de arte em leilão organizado pela VERITAS ou através desta, que pode operar como intermediária em “Private Sales”;
- Pessoas singulares adquirentes (ou interessados na aquisição) de peças de arte através da apresentação de licitação em leilão organizado pela VERITAS ou recorrendo a esta como intermediária em “Private Sales”.

(conjuntamente designados, para efeitos da presente política, por “titulares dos dados”),

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO TRATAMENTO

É considerado “Responsável pelo Tratamento”, ou seja, a pessoa que determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais dos titulares dos dados, a sociedade PERIHASTA, UNIPessoal LDA., sociedade unipessoal por quotas com sede na Avenida Elias Garcia, n.º 157, A/B, freguesia de Avenidas Novas, concelho de Lisboa, com o capital social de € 5.000,00 (cinco mil euros), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação de pessoa colectiva 509 808 115, titular da marca “**VERITAS**”, registada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) sob o n.º 480989.

3. CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS

A VERITAS pode proceder ao tratamento de dados pessoais integrados nas seguintes categorias:

- Dados de Identificação, tais como, género, profissão, nome, idade ou data de nascimento, número de cartão de cidadão, número de contribuinte, número de contribuinte estrangeiro se aplicável, número de passaporte e validade;
- Dados de Contacto, tais como, morada, endereço de email, contactos de telefone e telemóvel, entre outros;
- Dados de identificação de conta bancária, tais como, dados sobre a conta bancária, incluindo IBAN, entre outros.

4. ORIGEM DOS DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais que a VERITAS trata são dados maioritariamente fornecidos pelos titulares dos dados aquando do primeiro contacto e enquanto os titulares dos dados mantêm uma relação comercial com a VERITAS.

A VERITAS recolhe dados pessoais em vários momentos e através de vários canais de comunicação, incluindo telefone, e-mail, formulários constantes de páginas de internet, formulários em papel e carta postal.

5. FINALIDADES DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS, FUNDAMENTO JURÍDICO PARA O TRATAMENTO E PRAZOS DE CONSERVAÇÃO

A VERITAS trata os dados pessoais dos titulares dos dados por diversos motivos, justificados pelas leis de proteção de dados aplicáveis na União Europeia e em Portugal.

A VERITAS trata os dados pessoais dos titulares dos dados para as seguintes finalidades e com base nos seguintes fundamentos jurídicos:

Categorias de Dados	Finalidades	Fundamento Jurídico
Dados de Identificação	Cumprimento de contratos celebrados entre a VERITAS e os titulares dos dados, nomeadamente o “Contrato de Consignação e Colocação de Bens para Venda em Leilão” e outros contratos no âmbito dos quais a VERITAS se encontre obrigada à execução de ordens de compra e licitação ou, no geral, à prática de actos no âmbito da participação em leilões	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados • Cumprimento de obrigações jurídicas a que a VERITAS está sujeita
Dados de Contacto	Marketing e comunicação, eventos e divulgação	Consentimento expresso e inequívoco do titular dos dados
	Cumprimento de contratos celebrados entre a VERITAS e os titulares dos dados, nomeadamente o “Contrato de Consignação e Colocação de Bens para Venda em Leilão” e outros contratos no âmbito dos quais a VERITAS se encontre obrigada à execução de ordens de compra e licitação ou, no geral, à prática de actos no âmbito da participação em leilões	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados • Cumprimento de obrigações jurídicas a que a VERITAS está sujeita
Dados De Identificação De Conta Bancária	Cumprimento de contratos celebrados entre a VERITAS e os titulares dos dados, nomeadamente o “Contrato de Consignação e Colocação de Bens para Venda em Leilão” e outros contratos no âmbito dos quais a VERITAS se encontre obrigada à execução de ordens de compra e licitação ou, no geral, à prática de actos no âmbito da participação em leilões	<ul style="list-style-type: none"> • Execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados • Cumprimento de obrigações jurídicas a que a VERITAS está sujeita

Os dados pessoais dos titulares dos dados são conservados ao longo da duração da relação contratualmente estabelecida com a VERITAS e até 10 (dez) anos desde o fim dessa relação, sendo que em algumas situações o prazo de conservação pode ser superior, caso em que esse alargamento será legalmente justificado e sustentado. Este prazo foi definido tendo em consideração as leis aplicáveis em matéria de dados pessoais e contratação civil e comercial e face à eventualidade de a VERITAS ter necessidade de apresentar provas em qualquer litígio ou potencial litígio entre si e os titulares dos dados.

No caso do tratamento dos dados pessoais para efeitos de marketing e comunicação comercial, este tratamento de dados será realizado apenas com o consentimento do titular dos dados, prestado no momento da recolha dos dados pessoais. Caso consinta, o titular dos dados poderá receber comunicações de marketing através de correio electrónico, correio postal, contacto telefónico e SMS.

O consentimento para o tratamento de dados pessoais para efeitos de marketing e comunicação comercial pode ser retirado a qualquer altura, embora esse direito de retirar o consentimento não comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado nem o tratamento posterior dos mesmos dados, baseado noutra base legal, como, por exemplo, execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados e cumprimento de obrigações jurídicas a que a VERITAS está sujeita.

Caso pretenda retirar o seu consentimento, o titular dos dados pode contactar-nos para os contactos indicados nesta Política.

6. DECISÕES AUTOMÁTICAS (“PROFILING”)

A VERITAS não recorre a tecnologias para tomar decisões exclusivamente com base no tratamento automatizado dos dados dos titulares dos dados.

7. CATEGORIAS DE DESTINATÁRIOS DOS DADOS PESSOAIS

A VERITAS pode partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com entidades prestadoras de serviços à VERITAS e que no âmbito da prestação desses serviços possam proceder ao tratamento de dados pessoais por conta e mediante instruções da VERITAS. A VERITAS pode ainda partilhar os seus dados pessoais com autoridades públicas em cumprimento de obrigações jurídicas.

Nas transmissões de dados pessoais aos seus prestadores de serviços, a VERITAS garante que a entidade subcontratante está vinculada por um acordo de subcontratação que a obrigue ao tratamento dos dados pessoais em cumprimento da legislação em matéria de protecção de dados pessoais.

A VERITAS pode ainda partilhar os dados pessoais dos titulares dos dados com terceiras entidades (i) em virtude de exigência ou de notificação judicial para o efeito, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; (ii) no caso de solicitação por parte de uma autoridade pública, desde que devidamente fundamentada e legalmente sustentada; (iii) na sequência de pedido expresso por parte dos titulares dos dados relativamente aos dados de que sejam titulares, no exercício dos seus direitos, em particular, o direito de portabilidade.

8. TRANSFERÊNCIA DE DADOS PESSOAIS PARA OUTROS PAÍSES

A VERITAS não transfere, actualmente, os dados pessoais dos titulares dos dados para entidades sediadas fora de Portugal.

9. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

Como expressão do compromisso relativamente à garantia da privacidade dos titulares dos dados, a VERITAS garante, em conformidade com a legislação nacional e comunitária aplicável, um conjunto alargado de direitos que podem ser exercidos nos seguintes termos:

- **Direito de acesso**

Os titulares dos dados podem, a todo o tempo, contactar a VERITAS e requerer confirmação de que os seus dados pessoais são objecto de tratamento e, em caso afirmativo, de serem informados relativamente: (i) às categorias de dados pessoais em questão; (ii) às finalidades do tratamento dos seus dados; (iii) ao respectivo prazo de conservação ou critérios utilizados para o fixar; (iv) aos direitos que lhes assistem e à forma de os exercer; (v) à origem dos dados que lhe digam respeito; (vi) à existência de decisões automatizadas, incluindo a definição de perfis.

A VERITAS apenas poderá fornecer as informações dos titulares dos dados e não dados pessoais sobre outras pessoas. Além disso, caso o acesso possa afetar negativamente os direitos de outra pessoa, poderá não ser possível à VERITAS fornecê-los.

Se o titular dos dados o solicitar, a VERITAS enviará uma cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento, em formato eletrónico. Caso sejam solicitadas outras cópias, a VERITAS reserva o direito de poder exigir o pagamento de uma taxa equivalente aos custos administrativos incorridos para satisfazer o pedido.

- **Direito ao Apagamento**

Também conhecido como “o direito ao esquecimento”, permite ao titular dos dados solicitar a eliminação ou remoção dos seus dados pessoais quando não exista nenhum motivo imperioso para a VERITAS continuar a utilizá-los. O direito ao apagamento não é absoluto pois a VERITAS poderá ter o direito ou a obrigação de reter as informações, como acontece, por exemplo, quando estiver sujeita a uma obrigação jurídica ou tiver outro motivo válido para as reter.

- **Direito de Rectificação**

Sempre que verificarem que os dados pessoais objecto de tratamento estão desactualizados, incompletos ou incorrectos, os titulares dos dados poderão solicitar à VERITAS a sua rectificação no mais curto prazo de tempo possível.

- **Direito de Portabilidade**

Os titulares dos dados têm ainda os direitos de: (i) receber da VERITAS os dados pessoais que lhe digam respeito, num formato de uso corrente e leitura automática; (ii) de transmitir esses dados a terceiros alheios à VERITAS, sob sua exclusiva responsabilidade; e/ou (iii) de solicitar à VERITAS que transmita aqueles dados a terceiros. O direito à portabilidade cobre apenas os dados para os quais o titular deu consentimento para serem tratados, dados referentes a um contrato no qual o titular é parte ou se o tratamento for realizado por meios automatizados.

A VERITAS reserva o direito de recusar pedidos de portabilidade sempre que estes prejudiquem os direitos e as liberdades de terceiros, ou entrem em conflito com algum requisito legal.

- **Direito à limitação do tratamento**

Em determinadas situações, o titular dos dados tem o direito de “bloquear” ou de suprimir a utilização continuada das informações dos titulares dos dados. Quando o tratamento é limitado, a VERITAS continua a poder conservar as informações dos titulares dos dados, mas não pode continuar a utilizá-las.

O titular dos dados pode solicitar a limitação do tratamento dos seus dados por tempo indeterminado, quando pretender suspender o tratamento, mas conservar os seus dados. Esta situação pode verificar-se quando:

- (i) o titular dos dados conteste a exatidão dos dados, sendo o tratamento limitado durante um período de tempo que permita à VERITAS verificar a exatidão dos mesmos, ou
- (ii) o titular dos dados aguarda a resposta a um pedido de oposição ao tratamento.

Quando um tratamento é limitado, os dados pessoais só serão novamente tratados se o titular dos dados der o seu consentimento, salvo tratamentos específicos contemplados na lei. A VERITAS garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes de ser anulada a limitação ao referido tratamento. A VERITAS reserva o direito de limitar o tratamento de dados dos titulares quando não necessite deste, comprometendo-se a conservar os dados pelo período de retenção pré-estabelecido. A VERITAS garante que o titular dos dados que solicitou a limitação dos seus dados é informado antes da respectiva anulação.

- **Direito à oposição**

A VERITAS assegura os meios necessários para que o titular dos dados possa opor-se a determinados tratamentos de dados pessoais para determinadas finalidades, sem prejuízo de diretivas ou leis em vigor.

O titular dos dados pode opor-se ao tratamento nas seguintes circunstâncias:

- (i) por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer momento, opondo-se ao tratamento de quaisquer dados pessoais relativos a si baseados em interesses legítimos. Porém, a VERITAS poderá continuar a tratar os dados do titular dos dados se conseguir demonstrar motivos legítimos imperiosos para o tratamento dos dados pessoais que se sobreponham aos interesses, direitos e

liberdades do titular dos dados, ou se necessitar dos dados pessoais para estabelecer, exercer ou defender-se em processos judiciais;

- (ii) Pode opor-se a qualquer momento à utilização dos seus dados pessoais para efeitos de marketing direto (incluindo criação de perfis relacionados com esse marketing direto) através do e-mail info@veritas.art.

- **Direito de Reclamação**

Não obstante a VERITAS adoptar as melhores práticas em matéria de protecção de dados pessoais, é conferido aos titulares dos dados o direito de apresentar reclamação à Comissão Nacional de Protecção de Dados (<https://www.cnpd.pt>) relativamente ao tratamento dos dados realizado pela VERITAS, por qualquer das vias permitidas pela referida Autoridade de Controlo.

Os direitos previstos e descritos nesta Política e, bem assim, outros direitos legalmente previstos na legislação relevante em vigor podem ser livremente exercidos contactando a VERITAS para o e-mail info@veritas.art.

10. CONTACTE-NOS!

Para quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados, por favor contacte-nos para info@veritas.art.

Contacte-nos também, sem hesitação, se estiver insatisfeito com algum aspeto relativo à forma como recolhemos, partilhamos ou utilizamos os seus dados pessoais.

11. ALTERAÇÕES À POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A VERITAS poderá alterar ou actualizar a presente Política de Privacidade em função de novas exigências legais ou regulamentares, bem como na sequência de melhorias da qualidade dos seus serviços e desenvolvimento do nosso compromisso em matéria de protecção de dados pessoais. Quaisquer alterações à presente Política de Privacidade serão devidamente publicitadas nos diversos canais de comunicação da VERITAS.